

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS VISUAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO EM CARUARU – PE

BELISARIO, E. O.¹
SILVA, M.H.²

RESUMO: O presente trabalho acarreta uma importância de grande peso para a sociedade, em virtude de trazer a compreensão da inclusão da criança com deficiência visual e sua importância posterior em meio a sociedade. O educador precisa estar periodicamente em formação para atuar na prática inclusiva, capaz de garantir a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito em questão. Compreende-se que a formação do educador deve ocorrer na instituição de ensino superior, durante a graduação do mesmo, para que quando estiver em atuação profissional saiba desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Visual, Educação Inclusiva, Caruaru

ABSTRACT: The present work has a great importance for society, because it brings the comprehension of the inclusion of the visually impaired child and its subsequent importance in society. The educator must be periodically in formation to act in the inclusive practice capable of guaranteeing the learning and the development of the subject in question. It is understood that the formation of the educator must take place in the institution of higher education, during the graduation of the same, so that when it is in professional action, it knows how to develop didactic and pedagogical resources that eliminate the barriers in the process of teaching and learning.

KEYWORDS: Visual Deficiency, inclusive education, Caruaru

¹ Pedagoga em formação – Centro Acadêmico do Agreste – Universidade Federal de Pernambuco

² Pedagogo em formação – Centro Acadêmico do Agreste – Universidade Federal de Pernambuco

1. INTRODUÇÃO

A estrutura da sociedade, desde seus primórdios, sempre dificultou para as pessoas com necessidades específicas, privando de sua liberdade, e promoção de autonomia. Milhares de pessoas com algum tipo de necessidade específica, estão sendo discriminadas, pois para o homem é mais fácil prestar atenção às aparências físicas do que nas qualidades e capacidades dessas pessoas. A ausência de conhecimento da população, de modo geral, faz com que a deficiência seja vista como uma doença crônica, um peso ou um problema, essa situação se intensifica junto aos mais carentes, pois, com a falta de recursos, as chances à um atendimento de qualidade são ínfimas.

Alunos com algum tipo de deficiência (necessidade específica), têm o direito a uma educação de qualidade e, principalmente, de conviver com o mundo em que pertencem de forma que não se sintam excluídos. O pacto mundial, firmado através da Declaração de Salamanca, consideramos ter sido o passo de iniciação para implantação de uma educação inclusiva. Em documento firmado em 1994, por 92 países e 25 organizações não governamentais, foi consolidado o compromisso de organizar uma educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, dentro de uma perspectiva de ensino regular (UNESCO, 1994).

Segundo Coimbra (2003, p.51), a visão é o sentido que nos une fundamentalmente ao mundo objetivo e integra os demais sentidos para que as informações externas oriundas dos estímulos viso-sensoriais sejam apreendidas de forma imediata, constante e plena. Sabe-se que inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana. Para se trabalhar educacionalmente com crianças com necessidades específicas na visão (deficiente visual) o professor (a) precisa ter ciência que, esse deficiente se faz do uso tátil como mecanismo de contato com o mundo ao seu redor, utilizando o sistema Braille.

2. DESENVOLVIMENTO

As crianças que antes eram excluídas da escola de ensino regular, para serem alocadas em escolas específicas de acordo com a sua deficiência agora tem o direito garantido de estudar em escolas com crianças denominadas “normais”. De acordo com Emilio Figueira:

É possível a Inclusão Escolar já nos anos iniciais da criança com Deficiência? Digo que é possível, sim, e também que ela pode ser a base para o sucesso escolar de todos os anos posteriores! Isso porque a criança é livre de qualquer preconceito e disposta a incluir qualquer pessoa em seu mundo. (FIGUEIRA, 2013 p.62)

O processo de interação mediante a inclusão exige a superação de vários desafios, tais como o estabelecimento de novas práticas pedagógicas, formação dos professores para saber lidar com diferentes problemas, os alunos e a própria criança com deficiência precisam participar do seu processo de inclusão.

No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração). (PACHECO, 2007 P.15)

O papel fundamental da escola inclusiva é de que toda criança possa aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças, acomodando tanto estilos e ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade, portanto;

A integração social, enquanto um princípio ou uma diretriz política social destinada aos portadores de deficiência surgiu para derrubar a prática de exclusão social a que estavam submetidos esses portadores, uma vez que vinham sendo considerados como seres inválidos, sem utilidade para sociedade. (COIMBRA, 2003, p. 57).

Refletir sobre a educação do aluno portador de deficiência visual é refletir sobre diferentes caminhos que esse aluno pode percorrer em nosso país, a partir das condições sociais que estão colocadas para sua família.

A família deverá ser tomada como permanente fonte de referência para auxiliar a identificação dos problemas de aprendizagem do portador de deficiência visual, o que significa o estreitamento das relações da escola com o seu contexto familiar. (COIMBRA, 2003, p.218).

Para uma criança deficiente visual se torna difícil e limitadora seu comportamento com a sociedade, por que impede a pessoa de se locomover, explorar novos espaços e receber informações visuais. Mas Coimbra esclarece que não é tão difícil assim o relacionamento dessa criança com o mundo;

O relacionamento social da criança com o meio circundante é a condição básica para sua ação, segurança, e, conseqüentemente, seu desenvolvimento global com autonomia. Para o portador de

deficiência, entretanto, é a qualidade dessa interação a condição determinante para que esse desenvolvimento aconteça, inclusive no sentido de inspirá-lo a encontrar soluções participantes para o desafio de sobrevivência e da participação social. (COIMBRA, 2003, p. 122).

2.1 METODOLOGIA

Esta pesquisa está fundamentada sob uma perspectiva de abordagem qualitativa no estudo da prática escolar cotidiana com dimensões no estudo institucional ou organizacional, instrucional ou pedagógico e a sociopolítica / cultural. Com estas estratégias iremos realizar o estudo bibliográfico, observações e utilização de questionários como métodos de coleta de informações.

Conforme André (2008, p.44), “[...] apenas três dimensões tem o objetivo de chamar a atenção para aspectos que não podem ser esquecidos numa investigação da prática pedagógica cotidiana. ” Já que a pesquisa terá como característica o espaço-aluno-professor, onde “o processo de investigação da sala de aula se fará basicamente por intermédio da observação direta das situações de ensino-aprendizagem, assim como por meio da análise do material didático utilizado pelo professor e do material produzido pelo aluno. ” (ANDRÉ. 2008, p.44).

Tendo em vista estes aspectos tomamos como sujeito de pesquisa, perceber como se dá a inclusão de um aluno do 5º ano, cujo é deficiente visual desde seu nascimento e atualmente estuda no período da manhã numa Escola da Rede Municipal de Ensino na cidade de Caruaru.

Para alcançarmos nossos objetivos pretendemos seguir os seguintes procedimentos:

- Observar na concepção inclusiva, a avaliação do docente sobre a perspectiva da criança com deficiência;
- Observar se a criança apresenta alguma dificuldade na construção do seu conhecimento na vivência escolar;
- Analisar se existe formação para os professores dessa escola, na perspectiva de novas práticas e troca de experiência no âmbito da inclusão.
- Aplicação de uma entrevista não estruturada ou não padronizada, para contextualizar claramente os objetivos específicos.

Segundo Ludke e André (2007, p.26), “tanto quando a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. ” Sabendo a grande dificuldade nesses casos, o importante é saber trabalhar o envolvimento de cada identidade pesquisada, sabendo lidar com opiniões, percepções entendendo que através das falas obtemos resultados.

Ainda de acordo com Ludke e André (2007, p.33) “é importante atentar para o caráter de interação que permeia a entrevista. Mas do que outros instrumentos de pesquisa, que em geral estabelecem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o pesquisado [...], na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. ”

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador.

2.2 CONTEXTO DA PESQUISA

A escola onde realizamos a pesquisa está localizada na cidade de Caruaru-PE. Tem como entidade mantedora a Prefeitura Municipal de Caruaru. É uma instituição que oferta o ensino de educação básica, com turmas do pré-escolar, ensino fundamental de nível I, como os projetos Projovem (programa do Governo Federal que possibilita aos jovens não concluintes do ensino fundamental, realizar esta etapa) e EJA (Educação de Jovens e Adultos) realizados estes dois últimos no período noturno.

Possui expediente nos três turnos, com efetivo de 1.350 alunos. Possui a estrutura física de 17 salas de aula; 01 sala recursos (onde os alunos com deficiência são instruídos no ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e Braille (Sistema de leitura com o tato para cegos); 01 biblioteca; 01 sala de direção; 01 sala dos professores; 01 laboratório de informática (Proinfo); 01 secretaria que também realiza o atendimento ao público; 01 almoxarifado; 02 pátios para recreação; 05 banheiros, sendo dois femininos e dois masculinos e 01 banheiro dos professores e funcionários; 01 cozinha/refeitório com área para armazenamento da merenda.



Figura 1 - Pátio de recreação 1 - Fonte: os autores

2.3 DISCUSSÃO DE DADOS E RESULTADOS

2.3.1 O ambiente escolar e suas condições específicas para o Aluno deficiente visual

A instituição de ensino apresentada, dispõe de um papel acolhedor aos deficientes incluídos neste ambiente, por conhecer e exercer o processo inclusivo na escola.

O estudante Deficiente Visual (DV) desta pesquisa, reside em uma cidade circunvizinha a Caruaru, e assim desloca-se para a mesma para obter acesso ao seu direito a educação de qualidade, pois em sua cidade de origem não há um profissional que seja brailista (professor de braile).

A instituição de ensino em Caruaru, por ser localizada em um bairro próximo ao centro da cidade, é situada em uma avenida muito movimentada, o primeiro acesso à escola é bastante extenso, e logo depois tem um outro longo corredor. Em um certo momento avistamos que quando o aluno DV ao chegar a escola, a responsável pelos alunos do transporte não o acompanha da entrada até o portão principal de entrada. Ele necessitando fazer este percurso sozinho, vez outra, um colega que chega no mesmo horário acompanha-o.

Os deficientes visuais, “[...] assumindo uma concepção mais ampliada do sentido de conhecimento, pode-se dizer que o ato de conhecer é a capacidade de o sujeito agir sobre o objeto da realidade, para modifica-lo, ao

mesmo tempo modificando-se e modificando suas relações com o mundo” (COIMBRA 2003 p.76).

Partindo de Coimbra percebemos que essa autonomia é de fato presente no estudante DV, por ele muitas vezes apresentar indícios de que a sua deficiência não o impede de viver e partilhar do convívio social. Na estrutura física da instituição não existe nenhum empecilho que promova sua má locomoção, nem para o deficiente visual, nem para os demais deficientes escolares (cadeirantes e afins).

Também percebemos que a sala de aula do aluno DV, é bastante ampla e com todas as bancas preenchidas, tendo ele seu próprio lugar de acomodação, onde ao seu redor facilitando sua locomoção a toda a sala de aula. Segundo Figueira (2013 p. 73) “O ambiente físico da escola, tanto da criança com deficiência física quanto da criança com deficiências múltiplas, tem de ser mais acolhedor, com mobiliário adequado, como cadeiras, mesas, balões, bebedouros, quadros de avisos, equipamentos e etc.” Confirmando assim que o que Figueira cita, na instituição de pesquisa todos os equipamentos e móveis são novos e seminovos, como também propiciam uma boa qualidade de ensino e aprendizagem ao aluno DV.

2.3.2 A prática escolar inclusiva observada; Relação Professor - Aluno

As articulações da Professora Titular (PT) para efetivação do conhecimento de seus alunos, eram oralmente passadas em voz alta para que o aluno DV pudesse compreender o que estava sendo aplicado em aula. Após a leitura e orientação aos demais colegas de sala, a PT sempre se aproximava ao aluno DV e efetuava a atividade ou exercício junto ao mesmo, sem modificar o modo com que era aplicado e avaliado aos demais. Vale salientar que todas as questões trazidas pela PT e respondidas pelo aluno DV eram transcritas para um caderno específico do aluno, e este caderno foi sinalizado como base para suas avaliações.

A instituição de ensino possui um plano didático, no qual articula as necessidades da inclusão social e escolar dos alunos deficientes, como também as ações a serem geridas para efetivação dessas.

É preciso que estratégias sejam traçadas, passando pelo preparo de professores e alunos sem deficiência para receberem colegas com deficiência e desenvolvendo políticas de Inclusão escolar com o seguinte planejamento: conhecer os perfis dos alunos a serem incluídos, suas

necessidades reais, desenvolver estudos para gerar conhecimento acerca das práticas e procedimentos que melhor atenderão as suas peculiaridades, necessidades e possibilidades, desenvolver um projeto pedagógico consciente com todos os dados colhidos e que valorize a cultura, a história e as experiências de todos. (FIGUEIRA 2003 p.79).

A PT, utiliza de métodos bastante atrativos, fazendo com que as atenções de todos se voltassem a ela. Tratava-os de forma amigável e humanística. Não usava do autoritarismo na sala, pois até para criticar algumas posturas errôneas de seus alunos ela sabia orientá-los de maneira respeitosa, acolhedora e sem alterar a voz.

A comunicação entre a PT, o aluno DV e os demais sujeitos escolares era aberta, pois a professora em certos momentos de suas explicações abria espaço para os alunos dialogarem ou questionarem o pautado assunto, caracterizando essa prática importante por não ser aquela aula fundamentada apenas em transmissão de conteúdo, mas também correlacionada com o cotidiano de todos os sujeitos.

A noção de comunicação, defendida [...] é a de que as trocas sociais representam a base de desenvolvimento e afirmação do ser humano. Todas as diferenças encontradas entre as crianças têm um ponto comum: elas desejam viver, conhecer e afirmar a sua pessoa. Esse desejo é traduzido na sua capacidade de comunicação. (COIMBRA, 2003 p.124)

Enquanto a Professora de Recursos (PR), sendo ela a única brailista responsável por ensinar o Braille para o aluno DV e outros alunos deficientes visuais ou de baixa visão, percebemos por esse motivo uma pequena insatisfação profissional, acarretado pela responsabilidade educacional de todos os deficientes existentes na instituição apenas em uma brailista.

A PR em virtude de ser a única responsável pelo ensino do braille, chega costumeiramente na sala do aluno DV bem depois do início das aulas, assim não podendo efetuar um desempenho de ensino e aprendizagem do braille de forma mais eficiente. Por esse motivo o aluno DV por perceber a insatisfação e curto tempo para o conhecimento do sistema braille acaba por rejeitar ou dificultar seu aprendizado.

A falta de sensibilidade da escola e uma postura de pouca compreensão acerca das necessidades do deficiente visual. A pouca consciência acerca dessas necessidades traduz-se, inclusive, na falta de clareza sobre a natureza e as exigências pedagógicas do trabalho de apoio, cuja característica básica é a assistência individual, para o tratamento adequando ao deficiente visual. (COIMBRA, 2003 p.92)

2.3.3 Relação de convivência Aluno Deficiente - Colegas de sala Aluno deficiente, como se percebe contexto escolar.

Foi possível observar dentro deste contexto, que a relação entre o aluno DV e seus colegas de sala é de extrema afetividade e total interação. Momentos até chegam a brincar de modo que atrapalham o andamento da aula, ficando à vontade o aluno DV.

Portanto a interação dos colegas com o aluno DV é intensa desde a entrada da escola por acompanha-lo e direciona-lo a sala, não sendo realizado por apenas um aluno, mas por diversos colegas. O cuidado abrange a sala de aula em momentos que o aluno DV deseja se movimentar dentro da mesma ou quando desejava ir ao sanitário. Esse mesmo sentimento acolhedor e fraternal se estendia da chegada na escola até o fim da aula.

Na entrevista realizada ao aluno DV, o mesmo informa que sente-se incluído na escola, assim também na sala de aula. Não se sentindo muitas vezes como um deficiente, mas até agindo como uma criança vidente. Sente-se ele confortável neste ambiente escolar e considera que é “legal” sua relação com os outros sujeitos, as professoras, colegas de sala, equipe de gestão e etc.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resultamos através dos dados coletados, observação, aplicação de entrevistas como também e não menos importante com base nos referenciais teóricos, que a instituição escolar exerce a educação inclusiva integrando de fato o aluno deficiente.

Retomando nosso pressuposto, que “a professora da criança com deficiência visual utiliza de uma metodologia em que articule pela interação entre todos os alunos sendo eles com deficiência ou não”. Concluimos que ela utiliza de uma metodologia humanística, acolhedora e além de tudo a mesma é dedicada em sua profissão.

Com as observações diárias percebemos que há um forte apoio das políticas públicas para inclusão e que caminham para garantir minimamente uma trajetória de vida digna para os deficientes. Políticas essas traçadas para o contexto nacional, e por consequência abarcam o Município de Caruaru. Temos em vista que essas

mobilizações políticas, não abrangem todos os municípios circunvizinhos, e que acabam por trazer alunos dessas outras cidades para exercer seu direito a esta educação inclusiva em Caruaru.

Em razão da existência dos preconceitos em relação aos deficientes, tivemos a pretensão de conhecer como se dava essa inclusão social do deficiente e principalmente no contexto escolar, pois sabemos nós que a escola é um dos primeiros ambientes sociais vivenciados pelas pessoas. Assim começamos a perceber que a escola não permite que haja esse tipo de discriminação e preconceito, tampouco ela é falha ao que diz respeito a instrução realizada pelos professores para com seus alunos, onde irão ensina-los a não realizarem tais atos discriminatórios e preconceituosos.

Acreditamos que para que se superem as dificuldades vivenciadas nesta prática inclusiva o necessário seria que houvesse abertura de vagas para os profissionais que atuam neste âmbito de educação inclusiva, assim como os brailista, interpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e os demais especialistas na contribuição da melhoria educacional.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, Ivanê Dantas. *A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular*. Salvador. EDUFBA, 2003. 240p.

FIGUEIRA, Emílio. *O que é educação inclusiva*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

INTEGRAÇÃO, INCLUSÃO E SEGREGAÇÃO. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>> Acesso em: 06 maio 2016

LUDKE, Menga & **ANDRÉ**, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo. Editora Pedagógica e Universitária, 1986. 99p.

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar*. Porto Alegre. Artmed, 2007.

SEGREGAÇÃO. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com/segregacao>>
Acesso em: 06 de maio 2016.

UNESCO. *Declaração de Salamanca.* Sobre Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2016.